

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.034 milhões em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$10.248 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2013 foi de R\$218 milhões em comparação a R\$1.064 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos totais atingiram R\$47.630 milhões (31/12/2012 - R\$52.466 milhões). Desse montante, R\$32.919 milhões (31/12/2012 - R\$28.296 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$7.688 milhões (31/12/2012 - R\$13.576 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.764 milhões (31/12/2012 - R\$4.125 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito. O total dos recursos captados atingiu R\$38.648 milhões (31/12/2012 - R\$35.767 milhões), representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente pelo crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para os serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior aos 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuaram a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiriam o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício de 2013, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Barueri, 21 de fevereiro de 2014
O Conselho de Administração
 A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante	39.022.018	35.361.836
Disponibilidades	4&16.d	26.738
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	31.757.135
Aplicações no Mercado Aberto	15.286.409	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.470.726	28.296.392
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	6.979.634
Carteira Própria	6.928.567	6.383.523
Vinculados à Prestação de Garantias	51.067	26.689
Operações de Arrendamento Mercantil	(19.043)	(23.594)
Arrendamentos a Receber:		
Setor Público	6.b	1.084
Setor Privado	6.b	1.276.832
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.250.941)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(46.018)
Outros Créditos	271.034	633.494
Rendas a Receber	7	3
Créditos Tributários	8	264.366
Diversos	6.f	6.673
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(8)
Outros Valores e Bens	6.520	15.442
Outros Valores e Bens	6.b	6.670
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(2.161)
Despesas Antecipadas	2.011	5.375
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.733.197	9.001.817
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	1.162.049
Aplicações no Mercado Aberto	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	708.429
Carteira Própria	708.429	7.145.527
Vinculados à Prestação de Garantias	-	20.670
Operações de Arrendamento Mercantil	(43.900)	(84.369)
Arrendamentos a Receber:		
Setor Público	6.b	757
Setor Privado	6.b	1.158.048
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.141.092)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(61.613)
Outros Créditos	1.904.196	1.913.233
Créditos Tributários	7	477.260
Diversos	8	1.426.948
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(12)
Outros Valores e Bens	2.423	6.756
Despesas Antecipadas	2.423	6.756
Permanente	4.874.422	8.102.017
Investimentos	2	1
Participações em Controladas - no País	1	-
Outros Investimentos	2.017	817
(Provisões para Perdas)	(2.016)	(816)
Imobilizado de Uso	9	64
Imóveis de Uso	1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso	17	81
(Depreciações Acumuladas)	(1.404)	(1.404)
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	4.874.420
Bens Arrendados	8.052.834	11.511.390
(Depreciações Acumuladas)	(3.178.414)	(3.409.438)
Total do Ativo	47.629.637	52.465.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	9.720.030	217.930	61.336	-	-	9.999.296
Saldos em 31 de Dezembro de 2011						
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	26.650	-	26.650
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.063.864	1.063.864
Destinações:						
Reserva Legal	-	53.194	-	-	(53.194)	-
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	(400.000)	-	-	(400.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.c	-	-	(442.300)	-	(442.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	284.185	-	(284.185)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	284.185	-	(284.185)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	9.720.030	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510
Redução de Capital	15.a	(5.000.000)	-	-	(5.000.000)	(5.000.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(66.310)	-	(66.310)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	(229.706)	-	(229.706)	(229.706)
Lucro Líquido	-	-	-	-	218.424	218.424
Destinações:						
Reserva Legal	-	10.922	-	-	(10.922)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	(135.500)	(135.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	36.001	-	(36.001)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	36.001	-	(36.001)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	4.720.030	282.046	72.002	(39.660)	-	5.034.418
Saldos em 30 de Junho de 2013	4.720.030	279.856	30.402	(113.277)	-	4.917.011
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	73.617	-	73.617
Lucro Líquido	-	-	-	-	43.790	43.790
Destinações:						
Reserva Legal	-	2.190	-	-	(2.190)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	20.800	-	(20.800)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	20.800	-	(20.800)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	4.720.030	282.046	72.002	(39.660)	-	5.034.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
 A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CF). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
 As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de depreciação, amortização e a insuficiência/superveniência de depreciação dos bens arrendados foram reclassificadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa das variações em ativos e passivos para ajustes ao lucro líquido.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 21 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Auração do Resultado
 O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
 São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado do exercício de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários
 A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;
 II - títulos disponíveis para venda; e
 III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do

balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
 (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

g) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Permanente

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

i.1) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

i.2) Imobilizado de uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

i.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

i.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento,

Receitas da Intermediação Financeira

Operações de Arrendamento Mercantil

Operações de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Despesas da Intermediação Financeira

Operações de Captação no Mercado

Operações de Arrendamento Mercantil

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Receitas de Prestação de Serviços

Rendas de Tarifas Bancárias

Outras Despesas Administrativas

Despesas Tributárias

Outras Receitas Operacionais

Outras Despesas Operacionais

Resultado Operacional

Resultado não Operacional

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro

Imposto de Renda e Contribuição Social

Provisão para Imposto de Renda

Provisão para Contribuição Social

Ativo Fiscal Diferido

Lucro Líquido

Nº de Ações (Mil)

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Leasing na reunião realizada em 21 de fevereiro de 2014.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo não imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	26.738	29.890	46.221
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.164.023	129.034	1.033.154
Aplicações no Mercado Aberto	15.079.992	-	1.000.136
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	84.031	129.034	33.018
Total	15.190.761	158.924	1.079.375

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

i) Resumo da Carteira por Categorias

Valor do Custo Amortizado	31/12/2013		31/12/2012	
	Ajuste a Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido		Valor Contábil	Valor Contábil
	Resultado			
Títulos para Negociação	39.794	4	39.798	56.598
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	36.135	4	36.139	53.204
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	3.659	-	3.659	3.394
Títulos Disponíveis para Venda	7.717.589	-	(69.324)	7.648.265
Títulos Públicos	836.717	-	(69.324)	767.393
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.369	-	(1)	22.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	1.126.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	814.348	-	(69.323)	745.025
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)	6.880.872	-	-	6.880.872
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	7.757.383	4	(69.324)	7.688.063
Longo Prazo	6.979.634	-	6.410.212	6.102.212
Derivativos (Passivo) Circulante	(320)	(33)	-	(619)
Longo Prazo	-	-	-	(254)

II) Abertura por Vencimento

Sem Vencimento	31/12/2013				Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 3 a 5 Anos	De 5 Anos	
Títulos para Negociação	3.659	30.863	5.276	-	39.798
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	30.863	5.276	-	36.139
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	3.659	-	-	-	3.659
Títulos Disponíveis para Venda	6.880.872	36.596	22.368	708.429	7.648.265
Títulos Públicos	-	36.596	22.368	708.429	767.393
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	22.368	-	22.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	36.596	-	708.429	745.025
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)	6.880.872	-	-	-	6.880.872
Total	6.884.531	67.459	27.644	708.429	7.688.063

Em 31 de Dezembro de 2013, está composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$4.199.997, Notas do Tesouro Nacional - NTN B no valor de R\$2.199.998 e NTN F de R\$481.085 e valores a pagar no valor de R\$208.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Valor Referencial	31/12/2013		31/12/2012	
	Curva	Mercado	Referencial	Curva
"Swap" - Negociação Ativo	(33)	(353)	(411)	(619)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.536	-	3.030	3.030
Passivo	(1.856)	(33)	(1.889)	(3.649)
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.856)	(33)	(1.889)	(3.649)

As operações de "swap" foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, com vencimento de 3 a 12 meses.

O montante do diferencial do "swap" corresponde a um passivo no valor de R\$353 (31/12/2012 - R\$619).

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedged".

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2013, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"	Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(1.400)	(47.287)	(100.527)
Total (1)		(1.400)	(47.287)	(100.527)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	2.761.912	4.121.815
Outros Créditos (Nota 8)	2.308	3.641
Total	2.764.220	4.125.456
Circulante	1.532.068	2.303.997
Longo Prazo	1.232.152	1.821.459

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxa pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2013	31/12/2012
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.136.621	4.871.236
Arrendamentos a Receber	2.436.721	3.687.879
Valores Residuais a Realizar (1)	699.891	1.129.357
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.392.033)	(3.596.964)
Valores Residuais a Balancear	(699.891)	(1.129.357)
Bens não de Uso Próprio	4.509	10.067
Arrendamentos de Arrendamento (Nota 10)	4.874.420	8.101.952
Créditos por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(2.161.705)	(4.081.119)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	2.761.912	4.121.815

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$374.700 (31/12/2012 - R\$695.421).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	74.350	140.608
A Vencer:		
Até 3 Meses	490.839	709.651
De 3 a 12 Meses	1.121.430	1.740.210
De 1 a 5 Anos	1.439.641	2.218.387
Acima de 5 Anos	10.352	8.380
Total	3.136.621	4.871.236

c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	53.847	92.466
A Vencer:		
Até 3 Meses	497.360	728.646
De 3 a 12 Meses	1.034.708	1.575.351
De 1 a 5 Anos	1.171.605	1.725.854
Acima de 5 Anos	6.700	3.139
Total	2.764.220	4.125.456

d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente

	31/12/2013	31/12/2012
Setor Privado	2.760.171	4.119.381
Indústria	389.172	407.893
Comércio	322.970	387.176
Instituições Financeiras	10	51
Serviços e Outros	1.462.683	1.538.230
Pessoas Físicas	585.336	1.786.031
Setor Público	4.049	6.075
Governo Municipal	4.049	6.075
Total	2.764.220	4.125.456

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira			Provisão Requerida
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	
AA	-	1.071.045	-	1.071.045	-
A	0,5%	1.007.187	-	1.007.187	5.036
B	1%	291.457	67.268	358.725	3.587
C	3%	104.521	74.319	178.840	5.363
D	10%	11.635	22.098	33.733	3.374
E	30%	9.334	11.454	20.788	6.236
F	50%	6.586	7.748	14.334	7.167
G	70%	2.344	6.590	8.934	6.254
H	100%	33.311	37.323	70.634	70.634
Total		2.537.420	226.800	2.764.220	107.651

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira			Provisão Requerida
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	
AA	-	952.681	-	952.681	-
A	0,5%	2.094.214	-	2.094.214	10.471
B	1%	337.631	169.213	506.844	5.069
C	3%	107.788	173.232	281.020	8.431
D	10%	3.696	58.771	62.467	6.247
E	30%	11.457	35.207	46.664	13.999
F	50%	4.411	34.285	38.696	19.348
G	70%	994	24.090	25.084	17.559
H	100%	3.290	114.496	117.786	117.786
Total		3.516.162	609.294	4.125.456	198.910

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

f) Movimentação da Carteira para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	198.910	346.285
Reversões	(71.301)	(115.239)
Baixas	(19.958)	(32.136)
Saldo Final	107.651	198.910
Circulante	46.026	83.341
Longo Prazo	61.625	115.569
Créditos Recuperados no Acumulado do Período (1)	52.044	85.332

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	132.410	36.552	(32.817)	136.145
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	11.099	265	(11.745)	11.619
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	173.030	57.715	(1.898)	228.847
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	54	4	(3)	5
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	93	-	(79)	14
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	3	29.661	-	29.664
Outras Provisões Temporárias	27.177	1.140	-	28.317
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	343.866	137.337	(46.542)	434.661
Prejuízos Fiscais	499.019	-	(206.200)	292.819
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	857.031	137.337	(252.742)	741.626
Créditos não Registrados	(633)	-	633	-
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	856.398	137.337	(252.109)	741.626
Circulante	420.103	-	-	264.366
Longo Prazo	436.295	-	-	477.260

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.147	50.067	(127.804)	132.410
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	10.826	15.516	(15.243)	11.099
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	231.583	74.226	(132.779)	173.030
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50	4	-	54
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	32			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Disponibilidades (Nota 4)	26.738	29.890	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	26.738	29.890	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽⁴⁾	32.919.184	28.296.392	2.316.461	2.903.601
Banco Santander ⁽³⁾	32.919.184	28.296.392	2.316.461	2.903.601
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	2.619	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	-	2.619	-	-
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(38.647.624)	(35.767.196)	(2.880.429)	(2.816.547)
Banco Santander ⁽³⁾	(38.647.624)	(35.767.196)	(2.880.429)	(2.816.547)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.b)	(353)	(619)	5	(531)
Banco Santander ⁽³⁾	(353)	(619)	5	(531)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽²⁾	-	(40.478)	-	(60.845)
Banco Santander ⁽³⁾	-	(40.478)	-	(60.837)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	-	(8)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2013, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$15.079.992, de 3 a 12 meses no valor de R\$206.417 e acima de 12 meses no valor R\$1.162.049 e depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor R\$163.679 e de 3 a 12 meses de R\$16.307.047.

⁽²⁾ As despesas referem-se, principalmente, a despesas administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

⁽⁴⁾ Refere-se a controlada pelo Banco Santander.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Convênio Santander	38.746	58.182
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	33.867	14.819
Propaganda e Publicidade	8.079	11.007
Doações	6.970	8.515
Serviços do Sistema Financeiro	6.535	6.268
Comunicações	2.164	715
Custas Judiciais	1.234	2.070
Outras	272	191
Total	97.867	101.767

18. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesa com Cofins	18.683	20.443
Despesa com ISS	5.946	8.202
Despesa com PIS/Pasep	3.036	3.321
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	21.708	54.801
Outras	79	466
Total	49.452	87.233

⁽¹⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Reversão de Provisões Operacionais	-	260.215
Fiscais	-	1.752
Outras	2.485	1.752
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	21.709	82.505
Atualização de Depósitos Judiciais	44.481	26.784
Recuperação de Encargos e Despesas	21.019	18.424
Atualização de Impostos a Compensar	41.805	25.717
Outras	612	1.244
Total	132.111	416.641

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisões Operacionais		
Fiscais	103.010	26.677
Trabalhistas (Nota 14.c)	2	9
Cíveis (Nota 14.c)	30.662	38.789
Outras	2.037	1.782
Comissões de Agenciamento	9.535	18.727
Descontos Concedidos	63.861	120.366
Gastos com Contratos em Atraso	4.311	14.131
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	487	750
Outras	22.009	16.659
Total	235.914	237.890

21. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	237.394	1.269.532
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15.b)	(135.500)	(442.300)
Resultado antes dos Impostos	101.894	827.232
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15% Respectivamente	(40.758)	(330.893)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	3.515	2.406
Demais Ajustes	-	103.739
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.970)	(205.668)

23. Outras Informações

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Paulo Longuini

Conselheiros

Carlos Alberto López Galán

DIRETORIA

Diretor Presidente

Conrado Engel

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Oscar Rodríguez Herrero

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2